

Improbidade Administrativa: O Que Mudou e Como Evitar Riscos

Objetivo Geral

Apresentar de forma prática e atualizada as principais mudanças na Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92), conforme a Lei nº 14.230/2021, capacitando agentes públicos a identificar condutas de risco e a adotar práticas preventivas no exercício da função pública.

Público-Alvo

- Prefeitos(as), vice-prefeitos(as)
- Vereadores(as)
- Secretários(as) municipais
- Assessores jurídicos e controladores
- Servidores com funções decisórias ou de gestão
- Agentes públicos em geral

Modalidade

Presencial.

Carga Horária

08 horas.

Materiais e Recursos Didáticos

- Apostila com explicações da lei antiga e atualizada
- Quadro comparativo das mudanças da Lei nº 14.230/2021
- Modelos comentados de pareceres
- Estudos de caso
- Slides com esquemas práticos e jurisprudência visual
- Certificado de participação
- Material exclusivo Primore Compliance

Módulos

Módulo 1 – Entendendo a Lei de Improbidade Administrativa

- O que é improbidade administrativa: aspectos jurídicos e práticos
- Diferenças entre erro administrativo, má-fé e dolo
- Tipos de atos de improbidade: enriquecimento ilícito, prejuízo ao erário e violação a princípios
- Quem pode ser responsabilizado e em quais condições

Módulo 2 – O que mudou com a Lei nº 14.230/2021

- Principais alterações: dolo específico, nova tipificação e prescrição
- Exclusão da modalidade culposa e impactos práticos
- Novas exigências probatórias e critérios para aplicação de penalidades
- O que muda nos processos em curso e as regras de transição

Módulo 3 – Prevenção de Riscos e Condutas Indevidas

- Boas práticas para prefeitos, vereadores, secretários e servidores
- Como estruturar a tomada de decisão com respaldo técnico e jurídico
- O papel dos pareceres jurídicos e do controle interno
- Casos concretos e análise de jurisprudência atualizada
- Checklist de integridade para atos administrativos sensíveis

Módulo 4 – Improbidade x Política: blindagem ética e reputacional

- A diferença entre erro, improbidade e perseguição política
- Comunicação pública: como garantir transparência e credibilidade
- Prevenção de denúncias com controle documental e institucional
- Criação de uma cultura de integridade e responsabilidade
- Oficina prática: mapeamento de riscos políticos e jurídicos por setor